



A CONTABILIDADE PÚBLICA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO ANGOLANO

Bernabe Pacheco Manuel ¹
Onésimo Agnelo Tomás Semedo ²
Ilda Paulo Mateus ³
Luís Miguel Dias Caetano ⁴

RESUMO

A contabilidade pública é um instrumento essencial para o gerenciamento das finanças de entidades governamentais, fornecendo informações que permitem a tomada de decisões eficazes. No contexto angolano, a contabilidade pública desempenha um papel central no registro de receitas e despesas, sendo fundamental para a gestão dos recursos públicos. Após a normalização contábil em julho de 2002, o governo de Angola implementou o Programa de Modernização das Finanças Públicas (PMFP), com o objetivo de aprimorar o processo de gestão financeira no setor público. Apesar das melhorias, a contabilidade pública angolana ainda enfrenta desafios significativos, como o uso de métodos rudimentares de registro contábil e a prevalência de corrupção e nepotismo, que comprometem a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos. O objetivo deste estudo é analisar a contabilidade pública como uma ferramenta de gestão no setor público angolano, identificando suas contribuições e os obstáculos enfrentados. A metodologia adotada é baseada em uma pesquisa bibliográfica e documental, com a análise de livros e artigos sobre a contabilidade pública e sua aplicação no contexto angolano. Os resultados indicam que, apesar dos avanços promovidos pelo PMFP, a desorganização contábil, a falta de transparência e a ausência de documentos essenciais, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, prejudicam o controle e a eficácia da gestão financeira no setor público de Angola. Conclui-se que a contabilidade pública, quando bem estruturada, é uma ferramenta vital para promover a transparência, eficiência e a boa gestão dos recursos públicos, contribuindo para o bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Contabilidade Pública; Setor Público Angolano; Ferramenta de Gestão.

Universidade da Integração Internacional da lusofonia Afro-brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, bernabe2021manuel@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da lusofonia Afro-brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, onesimosemedo@aluno.unilab.edu.br²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, ildapaulomateus528@gmail.com³

Universidade da Integração Internacional da lusofonia Afro-brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Docente, migueldias@unilab.edu.br⁴



INTRODUÇÃO

A contabilidade pública é um instrumento essencial para o gerenciamento das finanças de entidades governamentais, fornecendo informações que permitem a tomada de decisões eficazes. No contexto angolano, a contabilidade pública desempenha um papel central no registro de receitas e despesas, sendo fundamental para a gestão dos recursos públicos. Após a normalização contábil em julho de 2002, o governo de Angola implementou o Programa de Modernização das Finanças Públicas (PMFP), com o objetivo de aprimorar o processo de gestão financeira no setor público. Apesar das melhorias, a contabilidade pública angolana ainda enfrenta desafios significativos, como o uso de métodos rudimentares de registro contábil e a prevalência de corrupção e nepotismo, que comprometem a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos. O objetivo deste estudo é analisar a contabilidade pública como uma ferramenta de gestão no setor público angolano, identificando suas contribuições e os obstáculos enfrentados. A metodologia adotada é baseada em uma pesquisa bibliográfica e documental, com a análise de livros e artigos sobre a contabilidade pública e sua aplicação no contexto angolano. Os resultados indicam que, apesar dos avanços promovidos pelo PMFP, a desorganização contábil, a falta de transparência e a ausência de documentos essenciais, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, prejudicam o controle e a eficácia da gestão financeira no setor público de Angola. Conclui-se que a contabilidade pública, quando bem estruturada, é uma ferramenta vital para promover a transparência, eficiência e a boa gestão dos recursos públicos, contribuindo para o bem-estar coletivo.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa será de natureza bibliográfica do tipo narrativa e documental. Trata-se de um estudo de caráter básico, cujo objetivo é contribuir para a compreensão e o aprofundamento do tema. Serão analisados livros, artigos acadêmicos e legislação que abordam da contabilidade pública e sua importância no setor público angolano. A pesquisa abordará o impacto da contabilidade pública na administração pública de Angola, com especial atenção às ferramentas que ela oferece para promover a transparência e alcançar a eficiência administrativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Benjamim (2017), a contabilidade tem suas origens nos primórdios da civilização, surgindo da necessidade de registrar e acompanhar as operações comerciais, ou seja, as trocas de bens e serviços. Inicialmente, a preocupação principal era a proteção da posse dos bens materiais, bem como a administração eficiente desses bens, de forma que pudessem gerar benefícios e garantir sua preservação para as gerações futuras.

No contexto da contabilidade pública, Slomski (apud Pedri, p. 9) afirma que "a Contabilidade Pública é um dos ramos da contabilidade geral, aplicada às entidades de direito público interno". Segundo Júnior e Neto (2020, p. 60), "a Contabilidade Pública é responsável pelos registros de atos e fatos relacionados à receita, despesa e orçamentos das entidades públicas". Além disso, Carlos (apud Benjamim, 2017) destaca que, ao se discutir contabilidade pública, o foco frequentemente recai sobre os conceitos de déficit e superávit, isto é, sobre a relação entre despesas e receitas.



A contabilidade pública angolana passou por diversas fases até a implementação do Plano Geral de Contabilidade (PGCA). Segundo Benjamim (2017), o desenvolvimento econômico e social de Angola após o término da guerra civil em 2002, aliado à falta de um órgão de normalização contábil nacional, levou o Ministério das Finanças a assumir a responsabilidade de ajustar as bases da contabilidade do país às normas internacionais. Por meio do Decreto nº 82/01, de 16 de novembro, foi aprovado o PGCA, que permanece em vigor até hoje, aplicável a sociedades comerciais e empresas públicas que atuam em Angola ou em outros países, desde que tenham sede no território nacional.

Para auxiliar os gestores públicos na administração dos recursos sob sua responsabilidade, o governo angolano aprovou, em julho de 2002, o Programa de Modernização das Finanças Públicas (PMFP), com o objetivo de aprimorar o processo de gestão das finanças públicas, conforme destacado por Benjamim (2017). Deste modo, em janeiro de 2004, com a implementação do SIGFE na plataforma Web, foi dado o passo fundamental para a implementação do SCE, com a consequente reorganização dos serviços de contabilidade pública, baseado nos seguintes paradigmas: - Introdução de métodos modernos de planificação contabilística, onde se ressalta a implementação de um Plano de Contas que, através da utilização das partidas dobradas, passou a permitir a realização de Registos contabilísticos aptos a refletir a real e completa situação económica, financeira e patrimonial do Estado; - Adoção dos padrões internacionais de gestão contabilística do Estado, nomeadamente os fixados pelas Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público - NICSP editadas pela International Federation of Accountants - IFAC, aumentando com isso o grau de fiabilidade, (BENJAMIM, 2017, p.26).

Benjamim (2017) destaca que o Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) é fundamental para garantir a eficácia e a dinâmica da execução orçamental e financeira descentralizada do Orçamento Geral do Estado. De acordo com o Diário da República (2010), “o orçamento é o instrumento programático aprovado por lei específica, utilizado pela administração do Estado e pela administração autárquica, incluindo fundos e serviços autónomos”. Além disso, o orçamento também engloba instituições sem fins lucrativos financiadas majoritariamente pelo Estado, bem como a segurança social, com o objetivo de gerenciar os recursos públicos. O orçamento estima as receitas e estabelece limites para as despesas. Com a implementação dessas medidas, o Estado passou a contar com informações mais consistentes, oportunas e comparáveis, conferindo maior segurança ao processo de tomada de decisões por parte dos gestores públicos e aumentando a transparência na gestão dos recursos públicos.

O Diário da República (2010) também afirma que “a Conta Geral do Estado compreende as contas de todos os órgãos integrados no Orçamento Geral do Estado”. Os resultados do exercício são apresentados na Conta Geral do Estado por meio do Balanço Orçamental, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, acompanhados das respectivas notas explicativas.

Nesse contexto, a contabilidade pública desempenha um papel crucial como ferramenta de gestão no setor público angolano, fornecendo informações essenciais para a tomada de decisões e promovendo a transparência. Sua função principal é registrar os fatos patrimoniais relacionados às receitas e despesas das entidades públicas, com o objetivo de controlar os gastos públicos e garantir que os cidadãos tenham acesso às informações necessárias sobre as despesas e receitas realizadas pelo Estado, por meio de documentos



como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Segundo Júnior e Neto (2020), uma das principais funções da contabilidade pública é o controle das despesas públicas, a fim de atender às necessidades da coletividade previstas no orçamento. Os autores também destacam que o controle das receitas é essencial, pois sem elas nenhuma entidade governamental pode funcionar. Nesse sentido, a Receita Pública é definida como qualquer ingresso de caráter não devolutivo, obtido pelo Poder Público em qualquer esfera governamental, destinado à alocação e cobertura das despesas públicas.

CONCLUSÕES

Em síntese, a contabilidade pública se confirma como uma ferramenta indispensável para a gestão eficiente dos recursos públicos em Angola, proporcionando dados essenciais que orientam a tomada de decisão e promovem a transparência na administração pública. Através de práticas contábeis bem estruturadas, os gestores têm acesso a informações detalhadas sobre receitas, despesas e patrimônio, permitindo uma gestão mais eficaz e responsável, o que contribui diretamente para o desenvolvimento social e econômico do país.

No entanto, apesar dos avanços, ainda há desafios significativos a serem enfrentados. A modernização dos sistemas contábeis, a capacitação técnica dos profissionais e o fortalecimento das políticas de fiscalização são medidas cruciais para garantir a eficácia e a legalidade da gestão dos recursos públicos. O combate à corrupção e à desorganização contábil também deve ser uma prioridade, visando assegurar que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e transparente.

Por fim, é fundamental que novas estratégias sejam desenvolvidas para aprimorar a gestão contábil no setor público angolano. O investimento contínuo em tecnologia e em mecanismos de controle pode contribuir para a melhoria das práticas contábeis, fortalecendo a confiança da sociedade e promovendo uma administração pública mais eficiente e transparente.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo que tem feito por fim, à minha família que tem me apoiado e ajudado ao longo do percurso acadêmico e ao professor Luis Miguel Dias Caetano pela orientação científica quanto à organização do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. Lei Quadro do Orçamento Geral Do Estado. Diário da República. I SÉRIE — N.º 131. De 14 de julho de 2010.
- BENJAMIM, António. Contabilidade Angolana e Portuguesa: Estudo comparado. 2017. 73f. tese (tese de mestrado) – Universidade Portucalense, Porto. 2017.
- DANTAS, Luiz Antônio de Oliveira; CALVO, Janaina Macedo. A Contabilidade Pública como Ferramenta de Gestão no Enfrentamento da Crise Financeira. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 06. Ano 02, Vol. 01. pp 512-532, Setembro de 2017. ISSN:2448-0959.
- JUNIOR, Florivaldo Cunha Cavalcante; NETO, Herrisson Queiroz. Contabilidade pública como ferramenta de



tomada de decisões do gestor público: um estudo de caso na prefeitura municipal de Petrolina. Pernambuco.

Revista Científica do UniRios, 2020. Disponível em:

. Acessado em: 24/Dez/2022.

SLOMSKI, Valmor, Manual de contabilidade pública: Um enfoque na contabilidade municipal. Ed. Atlas

S.A. São Paulo, 2009.

